

RESENHA

NATUREZA E CULTURA NO BRASIL (1870-1922)

LUCIANA MURARI

São Paulo: Ed. Alameda, 2009. 470 p.

REDESCOBRINDO A NATUREZA E O TERRITÓRIO

No decorrer das páginas de *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)*, de Luciana Murari, é difícil, quase impossível, resistir à tentação de se orgulhar de um certo prazer que só a especialização disciplinar pode proporcionar. Explico-me melhor: nesta belíssima obra, a geografia ocupa lugar central. Ela é protagonista de uma reflexão que visa discutir como a formação da identidade nacional e as representações que foram feitas do Brasil no período em destaque eram indissociáveis da *natureza*, do *meio* e do *território*.

Trata-se de um movimento ousado. Afinal, em uma ciência marcada negativamente pelo determinismo geográfico, aspecto que verdadeiramente marginalizou a geografia perante as demais Ciências Humanas, apenas recentemente deixamos de nos envergonhar em articular a sociedade e a natureza — movimento este proveniente do exterior, isto é, impulsionado pelos debates sobre o desenvolvimento sustentável. Pouco antes de morrer, o grande historiador francês Fernand Braudel — não por acaso negligenciado pelos geógrafos, apesar de sua obra ser marcada do início ao fim pela geografia! — reclamava diante de Étienne Juillard e Claude Raffestin que a geografia havia se desespacializado ao deixar de lado o papel do meio no entendimento da vida social. Ambos discordaram de Braudel.

Murari não é geógrafa, mas economista de formação com mestrado e doutorado em história. Ou seja, sua reflexão não foi contaminada por essas querelas — o que é ótimo. Não posso esconder a satisfação quando vejo não-geógrafos dialogando com temas caros ao meu domínio e, com isso, ensinando-me cada vez mais sobre meu próprio ofício. Na abertura do século XXI, o “spatial turn” parece que veio mesmo para ficar.

Todavia, deixe-me virar a página disciplinar o quanto antes, posto que uma das principais virtudes do livro é lançar mão de áreas diversas como Literatura, História, Sociologia e História das Idéias — embora tome a Literatura como foco privilegiado de análise, revelando textos pouco conhecidos e, sobretudo, novos ângulos de autores já consagrados como Visconde de Taunay, Graça Aranha, Monteiro Lobato e Euclides da Cunha. Ao nosso ver, esses novos ângulos dizem respeito, principalmente, à questão política. Que o leitor não se deixe enganar pelo título que, supostamente, pode dar a impressão de uma abordagem culturalista. Não é o caso. Os escritores aqui resgatados são apresentados como intelectuais, como intérpretes da história, agentes do presente e antecipadores do futuro da nação. Todos eram portadores de uma visão de mundo (ou, para resgatar o espírito intelectual do século XIX mas guardadas as devidas proporções, de “filosofias da história”) que, edificada à luz dos parâmetros europeus, parecia se chocar a todo instante e em todos os lugares com uma realidade tropical, colonial e miscigenada.

Talvez a maior força do livro esteja aí. Embora a autora não se proponha a criticar abertamente a posição de seus investigados, concentrando seus esforços no modo como eles construíam suas representações sobre o espaço nacional, sabemos muito bem que nenhuma idéia é ingênua, nenhuma literatura é neutra, nenhuma *weltanschauung* é apolítica. Nas páginas de *Canaã*, *Os Sertões* ou *Triste fim de Policarpo Quaresma*, implícita ou explicitamente eram esboçados e confrontados diferentes projetos para que o Brasil se constituísse enquanto *civilização*. Para tanto, havia um elemento, simultaneamente concreto e imaginário, a ser debatido, domado: o território nacional. Tão grande quanto as dificuldades enfrentadas por um país novo, tão exuberante em termos naturais quanto heterogêneo em termos étnicos, por intermédio de idéias oriundas do darwinismo, positivismo, romantismo e modernismo — muito bem apresentadas pela autora, é bom que se diga — a natureza e o território brasileiros foram como que “imantados” por uma aura mística que, por vezes, parecia impedir a pavimentação dos caminhos que conduziriam o país rumo ao progresso e à modernidade.

Assim, não seria exagero considerar que a história do Brasil se reveste de um sentido quase que — para não dizer totalmente — épico. Ocupar um país-continente, ligá-lo de norte a sul e transformar o meio de *obstáculo* em *recurso* seriam os signos necessários de que, sim, aqui era possível estabelecer uma civilização. Popularizada pelo hino nacional do republicano Olavo Bilac, a noção de que o Brasil seria “gigante pela

própria natureza” precisou de um bom tempo de maturação. Entre 1870 e 1922, esse otimismo não convinha a todos.

O Brasil nunca foi tarefa fácil. Não por acaso a mitificação em torno das *entradas* e, maiormente, das *bandeiras*. Abrir mão do conforto do litoral e de seus galicismos para se arriscar território adentro rumo ao “sertão” era empreitada para poucos. De todo modo, pode-se interpretar esse movimento como sendo o encontro do brasileiro consigo mesmo; penetrar a natureza pátria e descobrir seus mistérios era entrar no âmago da identidade nacional, revelando ao mundo as singularidades, a essência da *terra brasilis*.

Na Europa, que encantava a todos, tudo estava pronto e acabado. No Brasil, que assustava a todos, tudo estava por fazer. No entanto, se num primeiro momento essa comparação podia ser negativa, logo em seguida emergia seu lado positivo. Ainda que não tivéssemos história, as potencialidades das paisagens, do meio e do território deslindavam o futuro diante daqueles intelectuais que se entregavam a pensar a jovem nação. Nas palavras de Murari: “A representação da natureza brasileira em suas relações com a sociedade e a percepção da problemática do território na formação nacional foram alguns dos temas centrais de um amplo processo de revisão da história brasileira, de reflexão sobre a formação colonial do país, de sua condição no contexto das nações e de um futuro que, esperava-se, acompanharia os progressos da técnica, a inovação contínua, o aumento da produtividade, a ascensão do conhecimento e o estabelecimento de uma sólida institucionalidade política liberal similar à dos modernos países capitalistas” (p.63).

O tema da *técnica* merece destaque. Aspecto fulcral da modernidade e do processo de modernização capitalista, por intermédio dela seria possível transformar a natureza, tornar o meio habitável, vencer as distâncias. Daí a atenção dada aos engenheiros, portadores de conhecimento tão relevante a ponto de capacitá-los a serem os gestores de um território cuja redenção passaria incontornavelmente pela técnica. À medida em que o interior do Brasil ia sendo explorado e mapeado — através da Comissão Rondon, por exemplo, objeto de instigante leitura por parte da autora (vide pp. 301-108) —, estradas, pontes, túneis, ferrovias e luz elétrica traziam consigo as maravilhas da vida moderna, permitindo que o país saísse do estado “natural” em que se encontrava. Nessa direção, são assaz pertinentes as referências a Euclides da Cunha e André Rebouças. Ambos engenheiros, o primeiro se mostra observador arguto e crítico do processo de ocupação e interligação do território nacional, enquanto a viagem do segundo aos Estados Unidos o despertara para as

potencialidades turísticas brasileiras — desde que houvesse a infraestrutura necessária para tal empreendimento.

A despeito de uma argumentação envolvente e convincente, conduzindo o leitor para dentro do texto, é bem verdade que, provavelmente em função das dificuldades de edição de uma tese para o formato de livro, a ausência de sub-capítulos torna a leitura um pouco cansativa, posto que sem “interrupções” ou “pausas” que auxiliariam a acompanhar reflexão tão bem tecida. Porém, nada de grave, algo compensado pela escrita fluida, elegante e esmerada.

Talvez o leitor mais atento se surpreenda com a ausência de *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, de Marilena Chauí (ed. Perseu Abramo, 2000), cuja crítica à apropriação ideológica da natureza e do território nacionais pelas elites intelectuais e políticas brasileiras ao longo de nossa história certamente só enriqueceria a já luminosa pesquisa bibliográfica em tela. O capítulo I, por exemplo, “Um paraíso terrestre. Imagens da natureza na formação do Brasil”, guarda inúmeras semelhanças com o livro da filósofa paulista. E, embora tenha citado os trabalhos da francesa Anne-Marie Thiesse e a agradecido nominalmente no final do livro, talvez a inspiração mais ampla da pesquisa de Murari deva ser creditada à própria Thiesse, cujos *Écrire la France: le mouvement littéraire régionaliste de langue française entre la Belle Époque et la Libération* (PUF, 1991) e *Ils apprenaient la France: l'exaltation des régions dans le discours patriotique* (Éditions de la MSH, 1997) estão presentes nas entrelinhas da maioria das páginas da brasileira .

Enfim, nada disso compromete a riqueza de *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)*. Ao fazer da relação homem-meio a chave para a interpretação do Brasil, Murari abre uma rica trilha para questionarmos aqueles que insistem em operar uma abordagem dicotômica em Ciências Humanas, como se vida social, processo histórico, atividades econômicas e práticas culturais pudessem prescindir do meio ambiente e do espaço geográfico em que foram engendradas. Espero sinceramente que o leitor não saia desse livro do mesmo jeito que entrou.

(Guilherme Ribeiro)

* Em português, a edição n. 15, vol. 8 de 1995 da revista *Estudos Históricos* publicou ‘La petite patrie enclose dans la grande’: regionalismo e identidade nacional na França durante a III República’. Por sua vez, a revista *Anos 90*, n. 15, vol. 9, publicou em 2001 “Ficções criadoras: as identidades nacionais”. Ambos estão disponíveis on-line.